



Japão mostrou que não há razão para não expandir nosso parque nuclear

19/03/2012

[Artigo publicado originalmente no jornal Folha de S. Paulo]

O acidente ocorrido em quatro das 14 usinas nucleares afetadas pelo terremoto e pelo tsunami no Japão teve reais consequências ao público em termos de fatalidades e de prejuízos à saúde — e ao meio ambiente, em termos de comprometimento do uso do solo.

Essas consequências foram bastante limitadas quando comparadas às dimensões da terrível tragédia humana, social, econômica e ambiental causada por esse fenômeno natural excepcionalmente severo. O fato desse acidente não ter causado vítimas fatais pela radiação confirma que a energia nuclear é essencialmente segura.

Essa ocorrência, entretanto, levou os governos, dentre eles o brasileiro, a uma reavaliação da segurança de suas usinas e do cronograma de novas construções. O que está em jogo nessa reavaliação?

Primeiramente, necessidades energéticas crescentes. A eficiência energética e as energias renováveis são um imperativo, mas não serão suficientes para atender à dinâmica da demanda.

Em seguida, segurança de abastecimento: hidrelétricas com reservatórios e usinas nucleares são as formas mais econômicas para garantir, na base, a geração em grande escala de energia.

Enfim, o clima: limitar o aquecimento do planeta a 2°C significa construir, no mundo, cada ano, durante 20 anos, 100 GW de usinas sem emissões.

Na França, onde o parque elétrico é mais de 90% hidráulico e nuclear, são emitidas menos de sete toneladas de CO₂ por habitante, contra mais de 11 na Dinamarca ou na Alemanha, onde cerca de 50% de energia surge do carvão.

A reavaliação que está sendo feita no Brasil está focada nas lições aprendidas. Elas mostram a importância de serem revisitadas as bases de projeto das usinas, de forma a assegurar a disponibilidade dos sistemas de segurança, mesmo diante de fenômenos naturais extremos.

Também importante é a definição de medidas adicionais para mitigação das consequências desses fenômenos, dotando as usinas de recursos complementares para controlar acidentes que excedam essas bases.

A reavaliação está aperfeiçoando ainda mais a segurança das nossas usinas e não aponta razões técnicas para mudanças nos planos de expansão do parque nuclear nacional, que já desempenha um importante papel na matriz energética.

Hoje, Angra 1 e Angra 2 contribuem de forma eficaz para a gestão segura do Sistema Interligado Nacional (SIN), cuja geração é, e ainda será nesta e na próxima década, baseada na

hidroeletricidade, limpa, barata e renovável -caso único e exemplar para o mundo.

De 2006 a 2011, a geração térmica mínima no SIN foi de 2.000 MW médios, tendo a máxima chegado a 10 mil MW. Logo, o Brasil já vem necessitando de uma pequena geração térmica de base, na qual a nuclear é a mais competitiva.

No horizonte de 2020, a expansão da oferta por novos aproveitamentos hidrelétricos a fio d'água e pela crescente geração eólica e biomassa sujeitarão o sistema a sazonalidades maiores que as atuais, ampliando a necessidade dessa geração térmica.

No horizonte de 2035, a contribuição térmica crescerá em importância, pois se somará ao contexto um potencial hidrelétrico aproveitável em vias de esgotamento.

Baseado nos princípios do desenvolvimento sustentável, é praticamente impossível elaborar qualquer cenário mundial para os próximos 50 anos no qual, juntamente com as energias renováveis e com a eficiência energética, não exista uma participação da geração nuclear.

A alternativa seria exaurir os combustíveis fósseis, aumentando brutalmente as emissões, ou negar as aspirações de melhoria de qualidade de vida para bilhões de seres humanos que almejam sua inclusão social. Fukushima não mudou essa realidade.

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2012-mar-19/japao-mostrou-nao-razao-nao-expandir-nosso-parque-nuclear/>